

TURISMO E DESENVOLVIMENTO EM ESPAÇO RURAL

Uma abordagem regional

*Joaquim Anécio Almeida
Wladimir Blós*

O exame das concepções de desenvolvimento elaboradas a partir da década de 60 permite identificar com clareza uma linha de evolução teórica, fato que se explica pela permanente polêmica acerca do tema, sustentada por acadêmicos e agentes desenvolvimentistas. Em determinado momento, a análise dos aspectos sócio-econômicos deste processo passa a incorporar componentes regionais e locais, proporcionando as condições para o surgimento de novas abordagens, como a que diz respeito ao desenvolvimento endógeno. Na seqüência, o desenvolvimento rural ganha definição e importância, particularmente quando se estabelece nítida divisão em relação ao desenvolvimento agrícola. A trajetória de transformações conceituais e de objetivos conduz à valorização de alternativas que complementem as atividades tradicionais realizadas no espaço agrário, entre elas, o turismo rural.

Desenvolvimento: uma visão recapitulativa

No início da reflexão sobre o turismo, considerado uma das alavancas possíveis do desenvolvimento rural, local ou regional, é preciso especificar o próprio conceito de desenvolvimento. No plano teórico este conceito evoluiu. Centrado principalmente no aumento da produção, é hoje considerado um conceito muito materialista, estritamente economicista, embutido de nuances paternalistas, baseado no pressuposto de que os povos desenvolvidos sabem o que precisa ser feito para que o desenvolvimento chegue aos povos subdesenvolvidos. Embora persista, tanto em nível acadêmico como em nível de políticas globais de ajuda aos países de terceiro mundo, essa concepção de desenvolvimento é criticada principalmente por causa dos efeitos perversos.

Na literatura do início da década de 60, quando inicia o movimento pela independência na Ásia e África, o desenvolvimento passa a constituir um dos objetivos das políticas governamentais desses países e faz parte do conjunto das preocupações das organizações internacionais. O objetivo proposto bem como os meios para atingi-lo eram bastante simples: elevar os níveis de vida das nações recém-independentes e subdesenvolvidas, usando o capital e a tecnologia dos países industrializados.

Assim em 1961, a Assembléia Geral das Nações Unidas propõe oficialmente que a década de 1960-70 fosse chamada a Década de Desenvolvimento, com o objetivo de encorajar o crescimento econômico, estabelecer novos programas de pesquisa e assistência técnica e desenvolver projetos pilotos com o fim de desvendar as riquezas dos países menos desenvolvidos.

É necessário notar, antes de tudo, as três palavras chaves que são enfatizadas. O desenvolvimento é uma questão de *crecimento econômico* que permitirá aos países subdesenvolvidos se aproximarem dos níveis dos países ricos. Para tanto, estes países poderiam providenciar o *capital* e o *conhecimento tecnológico*. Nessa lógica, as causas de pobreza são a falta do capital e a carência de habilidades técnicas.

De acordo com a resolução das Nações Unidas, a década de 1960-70 serviria para acelerar o crescimento da economia e o progresso social de vários países. Com igual otimismo a FAO lançava a sua campanha mundial contra a fome com o fim de erradicá-la sob todas suas formas da face da terra. Tendo, portanto, definido o desenvolvimento em termos quantitativos, as Nações Unidas propõem que cada país fixe como alvo mínimo um crescimento de 5% na renda global nacional até o final da década. Não se pensou na distribuição de crescimento entre a agricultura, indústria e serviços nem como seria a participação da população nos benefícios.

Os resultados da primeira década de desenvolvimento não foram satisfatórios. Embora, o alvo de crescimento de 5% tenha sido atingido e mesmo superado em alguns países, a assistência ao mundo subdesenvolvido não chegou a 1% do produto nacional bruto (PNB), dos países ricos conforme estipulado. A renda per capita de dois terços da população aumentou menos de 1% nos vinte anos. Ainda mais, esse aumento foi desigualmente distribuído, deixando 40% dos mais pobres presos na luta pela sobrevivência.

Em 1970, as Nações Unidas inauguram a segunda década de desenvolvimento baseando-se no relativo sucesso quantitativo da primeira década em termos de crescimento do produto nacional bruto. Ao contrário da primeira década, a dimensão social do desenvolvimento é levada em consideração para assegurar uma distribuição eqüitativa da riqueza e para promover a justiça social.

O otimismo do programa das Nações Unidas se confirma quando em 1974, na Conferência Mundial de Alimentação se faz um apelo para que, em dez anos, nenhuma criança durma com fome, nenhuma família tenha medo do amanhã e nenhum talento fique sacrificado por má nutrição.

Enquanto os países industrializados entravam em crise na década de 1970, principalmente por causa da alta dos preços do petróleo, os países do Sul alcançavam algumas metas como as taxas de crescimento. Embora a média geral ficasse abaixo dos projetados 6 %, em alguns casos a taxa de crescimento foi de 8 a 10 % principalmente no Brasil, nos países asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Singapura) e, sem dúvida nos países produtores de petróleo (Iraque, Arábia Saudita, Argélia, etc.).

Em meados da mesma década, o progresso continua graças aos melhores preços dos produtos agrícolas e transferência de algumas indústrias do hemisfério norte para o hemisfério sul e, principalmente, ao aumento dos petrodólares. Apesar desse crescimento, em alguns países em desenvolvimento, no final da segunda década, havia mais pobreza, desemprego, fome, má nutrição, analfabetismo, problemas de saúde no meio rural e uma dívida externa de aproximadamente 700 bilhões de dólares.

Em 5 de dezembro de 1980, num clima de indiferença geral, as Nações Unidas proclamaram a sua terceira década de desenvolvimento. Reconhece-se que não foi possível atingir os objetivos da segunda década e mesmo assim se propõe a mesma estratégia para a terceira década. Um crescimento médio de 7 % por ano é sugerido. A principal responsabilidade pelo desenvolvimento é dos próprios países em desenvolvimento.

Portanto, sob a ótica das Nações Unidas e das agências governamentais, há uma identificação entre desenvolvimento e crescimento econômico. Acredita-se que é suficiente acelerar os mecanismos do crescimento da atividade econômica através da

transferência de tecnologia industrial e expansão dos investimentos para que ocorra desenvolvimento. O subdesenvolvimento é concebido como uma questão de atraso. Em outros termos, os países desenvolvidos não são estruturalmente diferentes dos países do terceiro mundo, mas o atraso é determinado pelo número de indicadores e elementos descritivos que caracterizam o estado de desempenho diferenciado entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. Assim, da consideração desses indicadores e elementos, o desenvolvimento é uma questão de grau, um limite a ultrapassar. Por exemplo, uma renda inferior a 500 dólares por habitante e por ano é um indicador importante do subdesenvolvimento. Para progredir, os países do terceiro mundo tem de aumentar a sua renda per capita, copiando os modelos de crescimento já experimentados pelos países mais avançados.

A consequência prática deste raciocínio foi o reforço da atenção dada ao investimento como fator do crescimento e à indústria como motor da economia. Os resultados das avaliações realizadas nos anos subsequentes demonstraram que as estratégias não eram adaptadas à realidade dos países em desenvolvimento. Constatou-se, por exemplo, que o crescimento econômico (no sentido da renda per capita) não resolveu os problemas básicos relacionados com a melhoria das condições de vida das pessoas, mas deu origem a outros problemas, em particular, o agravamento das desigualdades sociais. Além disso, o crescimento econômico, tal como foi compreendido e realizado nos países em desenvolvimento, baseou-se quase que exclusivamente na industrialização, provocando dualismos no seio das economias tradicionais. Enfim, o modelo de crescimento contribuiu para reforçar a brecha entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, dando origem a uma dependência sempre agravada dos países em desenvolvimento.

Desenvolvimento: conceito e abordagens recentes

É interessante apelar à teoria da mudança para conceituar a palavra desenvolvimento. Essa teoria sugere que se trata de um processo de mudança global que atinge, não só a economia mas também a visão das pessoas, as relações sociais, os valores e as instituições. É uma mudança orientada para a melhoria das condições de vida das pessoas, para a satisfação das necessidades e aspirações de uma dada população. Para efetuar a mudança é necessário mobilizar os diferentes recursos disponíveis e potenciais (recursos humanos, materiais e financeiros), através da participação da população em todos os níveis. Enfim, o processo de mudança implica, entre outros requisitos, a repartição equitativa dos benefícios.

Sem dúvida, esta visão engloba um certo pressuposto ideológico que não é possível evitar. Contudo, é importante debater

o próprio conceito de desenvolvimento não como uma mera especulação teórica, mas como uma fase prévia que vai influir na formulação de opções com vistas a planos concretos.

Para compreender melhor esta maneira de encarar o desenvolvimento, a teoria dos sistemas oferece algumas possibilidades. Segundo a teoria, é preciso ver o desenvolvimento como um processo de mudança de um conjunto de diferentes subsistemas, cada um com as suas leis de invariância-mudança e interação entre os respectivos dinamismos. Numa situação concreta e dentro de um subsistema haverá outros, sendo muito importante conhecer os diferentes subsistemas do conjunto social e sua respectiva posição relativa ao desenvolvimento. A visão sistemática do desenvolvimento fornece os elementos de compreensão acerca da sua dimensão global e de interdependência. Efetivamente, pela sua própria natureza, os subsistemas são realidades sistêmicas, tendo as mesmas propriedades que os sistemas. São igualmente dotados de propriedades de invariância-mudança e interação. Em conseqüência, uma mudança que tenha lugar em um dos elementos de qualquer subsistema, vai necessariamente repercutir no conjunto, através de diferentes ligações aos outros sistemas. O desenvolvimento, enquanto processo intencional de mudança, não pode ignorar esta realidade. Mesmo as sociedades consideradas atrasadas ou estagnadas apresentam dinamismos, sendo necessário descobri-los para deles tirar proveito com vistas ao desenvolvimento desejado. Ignorá-los, pode significar conflitos desnecessários e resistências às mudanças pretendidas.

O desenvolvimento, até hoje tarefa política de responsabilidade dos governos, para ser levado a bom termo, supõe uma vontade, determinação coletiva, pois que se trata de uma ação comum, interdependente, contínua e cujos efeitos se irão projetar no futuro. É indispensável, portanto, que o debate e as ações tenham a participação não só das instâncias políticas e técnicas mas da população alvo.

A questão que se levanta é saber se os benefícios do desenvolvimento são bem repartidos dentro dos princípios de equidade. A constatação genérica das últimas décadas, indica uma acumulação de conseqüências negativas, afetando amplas categorias de população. Em razão desta constatação, a reflexão atual tem focalizado o desenvolvimento em nível local ou a ação em nível de comunidades locais. As duas abordagens que mais chamam a atenção na literatura são conhecidas como desenvolvimento de base e desenvolvimento local ou endógeno.

O desenvolvimento de base é o processo pelo qual pessoas desprivilegiadas se organizam para superar os obstáculos a fim de alcançar o seu bem-estar social, cultural e econômico. As estratégias utilizadas incluem o planejamento e a realização de projetos de auto-ajuda, bem como a pressão sobre instituições públicas e

privadas para obter recursos e representação dos interesses comuns do grupo junto aos órgãos públicos e políticos. Em termos concretos, visa-se uma participação plena das pessoas na identificação de problemas comuns, determinação das prioridades e formulação das estratégias de ação, bem como participação na execução das atividades e distribuição dos benefícios. O desenvolvimento de base não exclui metas econômicas e materiais mas ressalta a formação de recursos humanos e de organizações sociais.

O incremento das ações e iniciativas de base local constitui uma via usada para enfrentar os problemas derivados do processo da modernização da agricultura (desemprego, meio ambiente e pobreza rural). Embora se espere obter benefícios a partir dessas iniciativas de desenvolvimento, há o risco de que as mesmas se transformem em alternativas excessivamente pesadas para resolver problemas sociais e econômicos marginais da sociedade. No caso destas iniciativas poderem ocupar uma posição central no âmbito das políticas sociais e econômicas, torna-se necessário conseguir um melhor entendimento sobre as suas capacidades e limitações. Para examinar o papel de iniciativas de base no âmbito de um plano de desenvolvimento, que se deseja harmonioso e equitativo, é preciso, antes de tudo, identificar o perfil e a importância da ação local na sociedade rural contemporânea, obter um melhor entendimento acerca do papel que indivíduos, grupos e organizações locais desempenham face aos problemas sociais e econômicos que atingem pessoas e localidades mais desfavorecidas e identificar fatores que influenciam tal capacidade de enfrentamento e resposta.

O interesse pela visão local de desenvolvimento se deve a uma série de questões inter-relacionadas: pressões sociais, econômicas e políticas decorrentes de uma sociedade em mutação, reestruturações econômicas e mudanças tecnológicas, políticas e institucionais. Enfim, a concepção do desenvolvimento de base aceita que as pessoas e famílias em suas localidades são agentes ativos nas mudanças econômicas e sociais e leva em consideração o estilo de vida peculiar nas comunidades rurais.

Desenvolvimento endógeno

A nossa reflexão sobre turismo rural se faz dentro do quadro teórico do desenvolvimento local endógeno que terá como ponto de partida o processo de modernização da agricultura.

A modernização da agricultura, de acordo com Slee, tem sido entendida como originada e incentivada por atores e instituições externas aos produtores imediatos do setor agrícola, e conceitualizada essencialmente como uma ruptura com as práticas existentes.¹ A agricultura era considerada como um setor estagnado, havendo necessidade de transformá-la e torná-la mais dinâmica.

¹ SLEE, B. Endogenous development; a concept in search of a theory. In: PLOEG, J. D. van der (ed.) *Options méditerranéennes*. Wageningen: CERES, 1993. p. 43-54.

O pensamento dominante na sociologia e economia considerava o desenvolvimento agrícola como sendo a adaptação ou readaptação das práticas agrícolas às leis do mercado e dos avanços tecnológicos. Assim, a prática de modernização era determinada por um conjunto de intervenções externas, centralizadas nas agências estatais, que tinham o papel de introduzir novos modelos organizacionais para a agricultura, novas inter-relações entre agricultura, mercado e empresas comerciais, inovações tecnológicas para substituir as antigas, novas formas de socialização e formação tecno-econômica e, particularmente, novos modelos para definir o papel do agricultor nesse processo. Além do mais, havia um esforço deliberado para apresentar esse conjunto de intervenções como um todo integrado, marcando o grau de descontinuidade com as práticas existentes. De fato, a implementação dessa política integrada levou a uma reorganização do trabalho e dos processos de produção.

Em segundo lugar, a distância criada entre a prática existente e os novos modelos era seletiva: sob certas condições, em determinados lugares e em momentos específicos, era muito mais fácil implementar certos projetos de desenvolvimento do que sob outras condições de espaço e tempo. Em outros termos, a prática de modernização não só reproduziu as diferenças existentes, mas gerou novas diferenças e desigualdades no campo.

Em terceiro lugar, o próprio desenvolvimento agrícola foi redimensionado como processo exógeno. A dependência de fatores externos foi internalizada na estrutura e nos mecanismos de crescimento e desenvolvimento, não só em termos materiais, mas também nos seus elementos dinamizadores.

Enfim, a grande ênfase no desenvolvimento exógeno produziu impactos em termos de conhecimento e teoria. Não se pode negar que existe um conhecimento acumulado sobre o delineamento e a implementação de projetos financiados por investimentos externos.

Na atualidade, e talvez para preencher as lacunas do modelo exógeno de desenvolvimento, a concepção endógena tem se afirmado como idéia forte na reflexão sobre o tema e pode ser considerada como tendo características distintas marcantes. Estas incluem a decisão local das opções de desenvolvimento e a retenção ou apropriação dos seus benefícios pela população local. Mas, longe de constituir um modelo com fundamentos teóricos bem definidos, o desenvolvimento endógeno é antes de tudo caracterizado como um contraste idealizado dos modelos e processos vigentes.

Assim, o desenvolvimento endógeno é localmente definido enquanto o exógeno é determinado externamente e transplantado para certos lugares. Na perspectiva do processo endógeno, os benefícios são mantidos no âmbito das economias locais, enquan-

to no caso do desenvolvimento exógeno os benefícios tendem a ser exportados para fora da região. Por último, a modalidade endógena respeita os valores locais, que, em geral não são levados em consideração na maioria dos projetos.

É evidente que o desenvolvimento endógeno não pode ser definido em termos de tipos-ideais, baseado exclusivamente nos recursos locais, e o exógeno possibilitado unicamente por elementos externos. Na prática e ao longo do processo da implementação de um projeto é estabelecido um equilíbrio entre os elementos internos e externos. O que parece decisivo, no caso de processos exógenos é que os elementos que compõem o seu modelo conceitual vão ditar a eventual utilização dos recursos locais. Se os recursos locais se adaptam ao modelo, serão integrados, de acordo com o delineamento preconizado. Em caso contrário, serão considerados obsoletos, inúteis e obstáculos à mudança.

Nos modelos endógenos de desenvolvimento se encontra um equilíbrio diferente. Os recursos locais integrados aos estilos locais de vida (por exemplo, atividade agrícola) constituem o ponto de partida e também um parâmetro de avaliação da eventual utilização de elementos externos. Se estes vem fortalecer e vitalizar os estilos locais, serão internalizados após uma cuidadosa análise para garantir a sua melhor adaptação às condições locais. Em caso contrário, os elementos externos serão tratados como estranhos.

Pelo exposto anteriormente fica claro que o conceito de desenvolvimento é polêmico, estando permanentemente em discussão entre os acadêmicos, bem como entre os agentes de desenvolvimento. Por causa dessa complexidade, alguns preferem trabalhar com o conceito de crescimento, em razão das facilidades de mensuração. Mais problemático é medir o desenvolvimento, pois envolve contrastes entre crescimento e equidade, investimento produtivo e investimento social, crescimento a curto prazo e sustentabilidade. Dower estabeleceu uma diferença entre crescimento e desenvolvimento, argumentando que o último inclui aspectos como autodeterminação e sustentabilidade junto com atividade econômica e produtividade.² Para Stern a meta do desenvolvimento rural deve abranger renda e emprego, mas também incluir metas sociais, culturais e ambientais, como moradia adequada, facilidades sociais como a educação, lazer, transporte, comércio e as várias formas de expressão cultural.³

Vale considerar, embora sucintamente, algumas contribuições teóricas sobre o desenvolvimento com ênfase especial no papel do setor rural neste processo. O leque de teorias e modelos que tentam estudar os aspectos sócio-econômicos de desenvolvimento se caracterizam pela ausência de referência ao processo endógeno local. Sobre a contribuição do setor rural, parte-se da premissa de que, de inúmeras maneiras, a agricultura nutre tal

² DOWER, N. What is development? A philosopher's answer. C.D.S. *Occasional Paper*, n. 3. University of Aberdeen, 1990.

³ STERN, E. *Institutional Structures to support rural enterprise*. Paris: OECD, 1989.

processo. O setor agrícola é visto como aquele que providencia alimentos a preços baixos, absorve os produtos do setor industrial e serve como fonte potencial (e principal no caso dos países em desenvolvimento) da obtenção de divisas para sustentar a estratégia de desenvolvimento⁴.

⁴ GHATAK, S. & INGERSENT, K. *Agriculture and economic development*. Brighton: Wheatsheaf, 1984.

A maioria dos modelos clássicos postula uma relação dinâmica entre o setor moderno industrial e o tradicional. O setor rural (tradicional) representa uma reserva da mão-de-obra para o setor industrial e urbano. De acordo com esses modelos, o desenvolvimento agrícola e rural é determinado externamente pelo setor industrial capitalista, reforçando a concepção de um processo dependente. Se enfatiza a necessidade do capital para financiar o setor agrícola e a introdução de novas tecnologias e insumos. Portanto, se faz necessário um maior controle externo para incorporar o meio rural na economia do mercado.

A reflexão convencional sobre desenvolvimento vem sofrendo modificações, com destaque para duas posições que podem ser exploradas. Primeiro, o papel da cultura local como influência orientadora dos processos e, segundo, o potencial dos efeitos multiplicadores, isto é, a capacidade de difusão a partir do foco inicial de desenvolvimento.

A cultura local pode agir como mediadora, bem como um freio contra a predominância de elementos externos, sejam políticos sejam econômicos. Nesse pensamento, a cultura local é vista não como um resíduo ou um anacronismo, mas como um valor que mantém vivas as comunidades e é capaz de direcionar as forças do progresso de acordo com as suas necessidades.

O efeito multiplicador pode surgir naturalmente em regiões onde o desenvolvimento foi estimulado artificialmente. Por exemplo, em vez do setor agrícola ser fonte do capital para desenvolver o meio urbano, o meio rural pode ser o destino do capital e dos investimentos, respeitando a cultura local baseada na atividade agrícola familiar ou, ainda, valorizando a propriedade rural para fins de lazer. A inversão dos fluxos do capital pode dar suporte ao modo tradicional de vida, gerar novos empregos no meio rural, devendo a comunidade reconstituída negociar as alternativas mais adequadas aos seus interesses.

Sobre a importância do processo de desenvolvimento local, Barquero diz:

A informação disponível é conclusiva em um ponto central: começou a tomar forma uma nova estratégia de desenvolvimento. Seus objetivos são o desenvolvimento e a reestruturação do sistema produtivo, o aumento do emprego local e a melhoria de vida da população. Os agentes dessa política não são a administração central do Estado e/ou a grande empresa

*urbana e, sim, os administradores públicos e os empresários locais. Toda iniciativa dá uma prioridade diferente a cada um dos objetivos e isso se deve ao fato de cada comunidade local ver-se obrigada a solucionar problemas específicos que os agentes econômicos e sociais tem de enfrentar e superar.*⁵

⁵ BARQUERO, A. V. Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, (16) 221-241, 1995.

⁶ GRAZIANO, J. Por um novo programa agrário. *Reforma Agrária*. ABRA, vol. 23, n. 2, maio/ago. 1993.

A propósito dos programas de combate à pobreza rural, Graziano observa a importância de reinsertar populações marginalizadas em outras atividades produtivas – algumas ditas alternativas – no âmbito do próprio meio rural. Sugere a ampliação da noção do meio rural para além das atividades produtivas tradicionais (tais como culturas e criação de animais), incluindo no espaço agrário a produção de serviços, onde salienta a importância do turismo e da produção de bens não-agrícolas como, por exemplo, a produção artesanal.⁶

Turismo: definição e características

A definição do turismo envolve dois aspectos fundamentais: um teórico e outro prático. Teoricamente, o turismo compreende um conjunto de questões de ordem técnica, financeira ou cultural relacionadas com a importância do fluxo de pessoas que viajam para lazer em um determinado país ou região. Na prática, o turismo visa estabelecer um conjunto de mecanismos para atrair os viajantes, oferecendo pontos de atração e providenciando serviços tais como transporte, acomodações e itinerários.

O turismo se caracteriza pela sua variedade. O turismo de lazer nos países onde existem recursos naturais como praias, vida marinha, parques botânicos e zoológicos, lagos, florestas, montanhas, sítios históricos, paisagens e mesmo vulcões. O turismo de negócios e encontros científicos nos países com infra-estrutura adequada e facilidades. O turismo de saúde, realizado pelas pessoas que viajam por motivos de saúde. Além da procura suficientemente conhecida dos “spas” com características curativas, o turismo de saúde explora locais onde a pessoa possa encontrar paz e tranquilidade, contribuindo assim para sua recuperação física e mental. Há ainda quem distinga o turismo étnico (contato com os modos de vida das populações indígenas), o turismo cultural (encontros artísticos e científicos), o turismo histórico (circuito museus-templos-catedrais), o turismo ambiental (peculiaridades geográficas), e enfim o turismo recreativo (férias, convívio, gastronomia, esporte, banho de sol...). O modelo prevalecente do último tipo de turismo se resume a quatro “s” (*sun, sea, sand and sex*)⁷. Há a opção entre o turismo de luxo, turismo de massa e o turismo doméstico. Acredita-se que um ou outro tipo possa ser introduzido em qualquer país em desenvolvimento.

⁷ SAVELLI, A. Sociologia del turismo. *Sociologia urbana e rurale*, Bolonha, n. 42-43, 1993-94.

Há quatro décadas, o turismo era uma pequena indústria peculiar que abrangia principalmente os países da Europa e os Estados Unidos. Era considerado um empreendimento de pouca importância destinado a satisfazer os desejos de uns poucos que possuíam recursos e tempo. Com a melhoria dos padrões de vida, níveis educacionais e meios de comunicação e transporte, se observou um incremento na vontade e na capacidade de viajar sobretudo nas classes ricas e médias.

Em termos globais, o turismo é considerado um dos componentes mais importantes do comércio internacional e que tem-se mantido em crescimento constante ao longo dos anos. A importância do turismo para as economias dos países do terceiro mundo é referida por Paiva:

Para os países subdesenvolvidos o turismo tem se manifestado de modo particularmente significativo, em virtude de determinadas condições, quais sejam: possibilidade de expansão da receita contrariamente às exportações tradicionais, efeito multiplicador sobre outras atividades econômicas, capacidade de gerar empregos, curta maturação de retorno dos investimentos em turismo em comparação com outros projetos de desenvolvimento, possibilidade de corrigir desequilíbrios regionais internos e modernização mediante o contato com povos diversos.⁸

⁸ PAIVA, M. das Graças de Meneses V. *Sociologia do turismo*. Campinas: Papirus, 1995.

Apesar dos aspectos positivos, o turismo não é um setor fácil de ser desenvolvido. A sua implantação e promoção requer um clima de paz e segurança, uma análise do mercado e a educação da população. Embora o turismo faça apelo ao setor privado, ele requer investimentos do setor público no suporte infra-estrutural, por exemplo, transporte, rede de comunicações e serviços públicos como água, luz, sanitários, etc. Acima de tudo, o turismo requer um planejamento cuidadoso, sem o qual – avisam os especialistas – pode causar mais mal do que bem: despesas inúteis, desequilíbrios locais e conseqüências nefastas em termos sócio-cultural e ambiental.

Enfim, é de comum acordo que o turismo constitui um importante fator do desenvolvimento, cujos benefícios devem ser otimizados tanto em nível nacional como em nível local. A indústria turística contribui decisivamente para o desenvolvimento econômico, social e político, sendo considerada uma das fontes mais eficientes da nova riqueza sobretudo para os países em desenvolvimento.

Turismo rural e desenvolvimento

O turismo rural na acepção da palavra compreende as diversas formas de turismo no espaço rural. É caracterizado pela abundância de recursos materiais suscetíveis de atrair pessoas que buscam o lazer, descanso e recuperação física e mental. São

usados também termos como agroturismo, turismo verde ou ecoturismo, que representam a procura diferenciada de atividades recreativas e de lazer no meio rural e refletem as divergências entre autores sobre a definição do conceito.

A partir do levantamento bibliográfico feito pela célula de animação LEADER, da União Européia, se observa duas tendências na definição do turismo rural. Uma delas utiliza o critério da *percentagem de rendimentos do turismo que beneficiam a própria comunidade rural*. Assim, se distingue o turismo em espaço rural e o turismo rural, quando o conjunto da população usufrui dos rendimentos provenientes da atividade turística. Quando os benefícios são revertidos em favor dos próprios agricultores, se chama agroturismo. A outra tendência define o turismo rural pelos *diferentes elementos constitutivos da oferta*, devendo a cultura rural ser o componente importante desta oferta. Fala-se do agroturismo (participação em atividades agrícolas), turismo verde, gastronômico, eqüestre, náutico e histórico-cultural. Cada um desses tipos de turismo apresenta diversas modalidades locais. Por exemplo, o turismo histórico-cultural pode consistir de visitas ao patrimônio artístico e cultural das regiões rurais: igrejas, casas antigas, festas folclóricas. Na Escócia, incentiva-se a participação de jovens na recuperação de edifícios antigos como capelas e casas, durante o período de férias. Os jovens voluntários moram na casa dos agricultores, pagam suas próprias despesas e ajudam os proprietários a recuperar suas moradias. No agroturismo, os turistas são hospedados nas casas dos agricultores em troca de serviços na lavoura. Portanto, são excluídos da definição do turismo rural atividades turísticas baseadas em complexos residenciais, grandes hotéis, campos de golfe ou estações termais.

Assim, "o que distingue efectivamente a oferta turística no turismo rural é a preocupação de permitir ao visitante um *contacto personalizado, uma inserção no meio rural físico e humano*, bem como, na medida do possível, uma *participação nas actividades, costumes e modos de vida* dos habitantes"⁹. O mesmo documento acrescenta: "A dimensão cultural e pedagógica desta forma de actividade turística é muito apreciada; os estudos efetuados sobre este assunto mostram que a grande maioria dos adeptos do turismo rural, oriundos principalmente das classes médias e superiores, dão grande apreço aos valores e identidade cultural locais"¹⁰.

Como atividade econômica, o turismo rural parece ser uma via natural para o progresso de zonas rurais desfavorecidas, permitindo aos agricultores combinar a diversificação das suas atividades com uma melhor valorização das suas produções e do seu patrimônio cultural. Além de rendimentos complementares, traduzidos no desenvolvimento do comércio e da indústria, o turismo produz melhorias na infra-estrutura e nos serviços de apoio, beneficiando, em primeiro plano, a população local. O resgate e a

⁹ Cadernos LEADER. *Comercializar um turismo de qualidade*. Bruxelas. s/d.

¹⁰ Cadernos LEADER. Op. cit.

implementação da produção caseira e artesanal peculiar à tradição local, é um modo de fazer frente à crise econômica que paira sobre o meio rural, aos efeitos perversos das reformas agrícolas e ao êxodo rural, zelando, resgatando, preservando os espaços verdes, a cultura local e o modo de vida rural. Como fator de desenvolvimento econômico e social, esta atividade promove a geração de novos empregos, o aumento da demanda de produtos agropastoris, a construção de instalações receptivas apropriadas, o incentivo a pequenas e médias empresas direta ou indiretamente relacionadas com o setor.

O turismo rural exige tranquilidade, segura análise de mercado, educação e aceitação da população rural, entre outras providências. Requer estradas, transporte, comunicações e serviços eficientes bem como um planejamento cuidadoso, sem o qual, os investimentos podem ser inúteis, causar danos e desequilíbrios sócio-culturais e ambientais.

Para Calatrava, o turismo rural se perfila hoje como uma atividade econômica suscetível de participar nos planos de desenvolvimento, sejam locais ou regionais e, em determinadas ocasiões, constituir o eixo deste processo. Neste sentido, o autor destaca a crescente demanda de espaços abertos para atividades recreativas em geral, nas sociedades contemporâneas; e, dentro deste contexto, observa: “el especial interés que adquiere la demanda de turismo en zonas rurales, motivada por una creciente valoración, en las sociedades urbanas, de la vida en contacto con la naturaleza y una apreciación de los valores culturales de las sociedades rurales”¹¹. E Groulleau salienta que o turismo rural “é uma atividade com uma característica marcante: é um turismo local, um turismo de ‘território’, gerido pelos próprios residentes. Local em cinco níveis: a) de iniciativa local; b) de gestão local; c) de impacto local; d) marcado pelas paisagens locais e e) valorizador da cultura local”¹².

Criar rendimentos complementares, infra-estruturas terciárias de interesse da população rural e manter equilíbrio entre os sistemas ecológico, sócio-econômico e cultural do meio rural, são os requisitos básicos do turismo rural, segundo Calatrava. Para alcançar estes objetivos deve reunir as seguintes características: a) ser natural: que o contato com a natureza seja o eixo fundamental da sua estrutura.; b) ser limitado e não uma atividade maciça que agrida a organização espacial local; c) ser disperso e polar, ao mesmo tempo, com a concentração da oferta turística em vários lugares para atender à procura diferenciada; d) os empreendimentos turísticos devem localizar-se nos núcleos populacionais existentes, de acordo com a paisagem natural e o acervo arquitetônico do lugar; e) ser ativo e recreativo, permitindo uma participação nos hábitos e costumes da vida rural de uma forma integrada; f) não interromper nem alterar sensivelmente as ativi-

¹¹CALATRAVA, J. *El turismo rural como recurso endógeno en el desarrollo local: consideraciones teoricas e comentarios sobre la Alpujarras Altas Occidentales*. Cordoba. s/d.

¹²GROULLEAU, H. *Le tourisme au service du développement rural. Cadernos LEADER*, Bruxelas, 1994.

dades tradicionais da localidade; g) ser uma atividade da iniciativa dos próprios habitantes do meio rural. Isto não exclui a necessidade de recursos externos sob forma não só da afluência de investimentos mas também da formação da capacidade empresarial local. O controle da oferta e o direcionamento dos investimentos devem ser exercidos pela população local; h) enfim, gerar infra-estruturas terciárias permanentes que beneficiem a população local.

Sem dúvida, um turismo bem concebido, integrado ao meio ambiente local e devidamente controlado pela população constitui uma das alavancas do desenvolvimento rural. No entanto, é importante observar que

o turismo rural não é o remédio universal e não contém a solução definitiva para os problemas de marginalização econômica e social de muitas zonas rurais. O turismo deve ser promovido como atividade que se equilibra com outras, dentro de um modelo integrado de desenvolvimento rural. Fundamentar este desenvolvimento numa promoção quase exclusiva do turismo rural é provocar em geral um desequilíbrio que fragilizará todo o processo.¹³

¹³ Cadernos LEADER. Op. cit.

A exploração turística em Restinga Seca (RS)

A atividade turística de Restinga Seca pode ser caracterizada como turismo em espaço rural, de iniciativa e controle local, prestando a sua contribuição relativa para o desenvolvimento da comunidade. Centrada basicamente na praia das Tunas, na margem do rio Jacuí, esta atividade proporciona nos meses de verão uma área de lazer para a população local e atrai turistas principalmente dos municípios vizinhos, não deixando de ser uma fonte de arrecadação de recursos financeiros para a receita do município.

Situado a 277 km de Porto Alegre e a 55 km de Santa Maria, o município é dotado de uma ligação asfáltica que dá acesso direto ao centro da cidade e também à praia das Tunas. A entrada da zona urbana é marcada por um pórtico, dando boas-vindas aos visitantes. A entrada da cidade bem como as ruas centrais impressionam pelo verde da arborização e pelo colorido das flores. Restinga Seca dispõe de serviços de transporte rodoviário diário que liga o município à Porto Alegre, Santa Maria e aos municípios circunvizinhos. A população do município é de aproximadamente 15 mil habitantes distribuídos da seguinte forma: 44% na zona urbana e 56% na zona rural. Os restingenses são descendentes dos lusos, alemães, italianos e africanos.

Com relação à hospedagem, o turista tem basicamente quatro opções: casa própria, casa alugada, hotel e camping. As casas próprias adjacentes à praia das Tunas podem ser classificadas como segundas residências, utilizadas pelos habitantes de Restinga Seca e de Santa Maria como moradia de verancio e para deslocamentos eventuais de fim-de-semana e para festas familiares. Nos meses de janeiro e fevereiro, há uma forte demanda de casas para alugar. As modalidades de arrendamento são as mais diversas, desde o arrendamento da residência durante toda a temporada até o arrendamento parcial e por tempo limitado. O único hotel existente no município, o Ouro Preto, é relativamente confortável, mas pouco freqüentado pelos veranistas por ficar afastado do balneário.

A área destinada ao camping tem capacidade para aproximadamente 400 barracas, sistema de hospedagem mais utilizado e que dá mais vida ao balneário, sobretudo nos fins-de-semana. No âmbito da infra-estrutura turística, os visitantes dispõem de serviços importantes como sanitários públicos, banheiros, coleta de lixo e a limpeza da praia. Para fins de alimentação, a praia das Tunas conta com restaurantes, bares e sorveterias e a possibilidade de preparar suas próprias refeições como o churrasco. De acordo com as informações locais, os turistas fazem boa parte das suas compras no comércio local. Além disso, se coloca à disposição do turista serviços de telefone, iluminação pública e água de boa qualidade, um sistema de segurança e ampla área de lazer com quadras de bocha, campo de vôlei, etc.

Os dados coletados no local retratam um cenário que demonstra a importância do turismo em pequenos municípios rurais. Na estação do turismo, o fluxo diário é de duas mil pessoas, atingindo cinco mil em certos fins-de-semana e no período de carnaval. Mais de metade dos turistas (55%) provém de Santa Maria e o restante dos municípios circunvizinhos e, esporadicamente, turistas de outros estados, geralmente parentes em visita. Em termos de faixa etária prevalecem jovens, principalmente nas excursões de final de semana, bem como adultos e crianças, de nível sócio-econômico médio e baixo que procuram no balneário descanso, banho e pescaria. O fluxo maior ou menor de turistas está relacionado com o nível/volume das águas, capacidade do camping e programação de eventos esportivos.

A promoção do turismo em Restinga Seca reúne duas entidades locais: a prefeitura e a associação comercial. Os veículos de divulgação são folders e programas da rádio local e, esporadicamente, a participação em feiras regionais e municipais com estandes onde são distribuídos os folhetos e apresentado um audiovisual produzido pela associação comercial. O investimento relativamente modesto na promoção do turismo precisa ser esclarecido. Como foi dito, o turismo do município está baseado na

praia das Tunas. Ora, o atrativo principal – a água – é um elemento imprevisível. Quando chove demais, o local sofre com enchentes e houve ocasiões em que o balneário teve de ser evacuado. Nos períodos de estiagem, há uma grande diminuição do fluxo e do nível das águas, condições que decepcionam os veranistas e tornam receosos os encarregados da divulgação. Poderiam ser desenvolvidas alternativas para elevar o nível das águas e manter constante o fluxo da corrente do rio com a construção de uma barragem. No entanto, tal empreendimento é descartado por falta de recursos financeiros e, principalmente, pelos problemas que causaria para a irrigação da lavoura arrozeira, que representa o maior retorno financeiro em termos de produção e de arrecadação.

Sobre o começo da atividade turística em Restinga Seca e, mais precisamente, da exploração da praia das Tunas como balneário, as informações são confusas. Tudo leva a crer que na década de 50, o proprietário do local onde fica o balneário e outra família estabeleceram sua segunda residência em Tunas onde recepcionavam familiares e amigos. Por volta de 1960, a área foi adquirida pela prefeitura e por volta de 1970, o poder público local constatou no balneário um potencial para desenvolver a região.

Entre as dificuldades encontradas no início da implantação do turismo observa-se a falta de energia elétrica e as condições precárias de acesso ao local, além da oposição de pessoas que consideravam inconveniente o fluxo de turistas. É visível hoje, que o turismo, mesmo que sazonal, contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos moradores em termos de energia elétrica, asfaltamento da estrada, telefone e a possibilidade de vender produtos agrícolas aos visitantes.

A renda proporcionada pelo balneário aos cofres públicos municipais se restringe à locação do espaço no camping e ao recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Na temporada de 1994/95, a renda bruta proveniente dos serviços do camping foi de aproximadamente vinte e cinco mil reais. Para a manutenção do balneário, a prefeitura teve suas maiores despesas com recursos humanos, serviços de limpeza, organização de eventos e investimentos em algumas obras, totalizando aproximadamente vinte e um mil reais. O saldo, conforme informações coletadas, costuma ser positivo.

Entre os recursos permanentes investidos destacam-se o acesso asfaltado, o poço artesiano, a bomba para puxar água, churrasqueiras, banheiros, canchas de bocha, energia elétrica e telefone. Para a temporada de 95, foram feitos investimentos em esgoto, reservatórios para 10.000 litros de água potável e banheiros. Portanto, o turismo tem uma participação significativa e direta no orçamento do município, embora modesta, além dos benefícios indiretos. Acrescente-se ainda a contribuição ao comércio local e à economia informal da região com a venda de produtos caseiros e agrícolas.

Conclusão

Embora sazonal e restrito ao balneário de Tunas, o turismo em Restinga Seca constitui um dos componentes do seu desenvolvimento, ao lado da agricultura, do comércio e das pequenas indústrias, principalmente, fábricas de móveis. O investimento anual realizado na praia das Tunas tem um retorno positivo para a balança orçamentária do município. É interessante destacar que a atividade turística traz benefícios para o comércio local e movimentada uma economia informal de relativa importância com a venda de produtos caseiros (leite, pão, queijos, manteiga, geléias, doces e salgados) e agrícolas (ovos e hortifrutigranjeiros).

Os benefícios indiretos não se limitam unicamente à melhoria das estradas, à iluminação pública, à extensão da rede de telefone e ao abastecimento da água potável. No período de verão, a prefeitura dá especial atenção à estética do núcleo urbano. A arborização, os canteiros das flores, a pintura e a sinalização das ruas, entre outros cuidados, tornam a cidade mais agradável e acolhedora. Este último fato tem a ver com o que se poderia chamar de orgulho comunitário, pois é importante que os visitantes levem uma boa impressão do município e que voltem no próximo ano com mais pessoas. É a maneira informal mas eficiente de divulgar o turismo.

O caso de Restinga Seca serve para explicitar, de um lado, a teoria de desenvolvimento, aqui entendida como um processo, e, de outro, demonstrar concretamente a estrutura e o funcionamento do turismo em um espaço rural, considerado como uma das estratégias do mesmo desenvolvimento.

É evidente que a contribuição do turismo é modesta, do ponto de vista da administração municipal, não sendo prioritário para o desenvolvimento econômico e social. Em outros termos, não se tem ainda a visão de que o turismo possa ser um dos motores do progresso. No entanto, este processo provoca um efeito multiplicador que a partir de investimentos diretamente modestos pode chegar a atingir um nível elevado de qualidade e oferecer produtos e serviços que respondam à procura sempre crescente.

Não se contesta que, para promover e ampliar o intercâmbio turístico é imprescindível uma maior disponibilidade de recursos financeiros para investimentos, principalmente tendo em vista a exploração de outros balneários do município. Considerando que a praia das Tunas, nas décadas de 60 e 70 foi apenas um local de encontro de famílias e amigos, sendo sua divulgação feita apenas pelos seus freqüentadores até chegar a apresentar-se como uma das melhores opções de lazer da região, os outros balneários constituem um potencial a ser explorado no futuro. A utilização desse potencial não precisa ser feita pelo poder público

municipal, como é o caso das Tunas, podendo ser realizada em parceria com a iniciativa privada à base de um planejamento sustentado.

A busca de um desenvolvimento econômico que respeite os princípios da proteção ambiental exige uma maior integração entre os municípios da região com potencial e aspirações turísticas. O potencial turístico da região é considerável com os fósseis paleobotânicos da Mata (turismo cultural e científico), a flora e a fauna da Mata Atlântica em Silveira Martins, as tradições italianas, festas religiosas e gastronomia em Vale Vêneto, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Silveira Martins e os balneários de Três Barras em Santa Maria e de Nova Palma, para citar alguns exemplos.

Na decisão de estabelecer uma indústria turística, pois se trata de uma atividade econômica, alguns fatores devem ser avaliados como as prioridades locais e regionais, a contribuição do turismo para o desenvolvimento local e a relação custos-benefícios do programa turístico. Para o êxito do programa, os setores público e privado devem enfatizar os aspectos de demanda e oferta dos serviços turísticos como parte de uma estratégia global do desenvolvimento econômico. Do lado da demanda, é necessário pesquisar sobre os interesses e motivações dos turistas, identificar a clientela-alvo, desenvolver as técnicas mercadológicas adequadas e organizar as campanhas promocionais para atrair os consumidores do turismo. Do lado da oferta, devem merecer a atenção dos técnicos, fatores como: a) os recursos naturais como belezas paisagísticas, clima, flora, fauna, etc. b) infra-estrutura adequada para o abastecimento de água, transporte, esgoto, mapas turísticos e centros de atendimento ao turista (sanitários, bancas de souvenirs, posto de saúde, correios, etc.); c) facilidades de alojamento, alimentação, compras e transporte urbano; e d) promoção de atividades recreativas e culturais.

Para manter o equilíbrio entre os componentes da demanda e oferta, é necessário elaborar um plano estratégico que, segundo a experiência de vários países, consiste de oito pontos: 1. inventário e descrição da situação social, econômica e física da região; 2. previsão de tendências do desenvolvimento futuro; 3. formulação de metas e objetivos; 4. planos alternativos para atingir as metas e objetivos; 5. escolha de alternativas prioritárias como guia para ação; 6. estratégia de implementação; 7. implementação; 8. avaliação do plano.

Conforme observação anterior, o setor turístico não é fácil de ser desenvolvido. Os principais obstáculos são: dificuldades de acesso e transporte; falta de infra-estrutura e facilidades para atrair e manter o fluxo dos turistas; insuficiência de investimentos públicos e privados; carência de pessoal treinado, nos vários níveis, em habilidades turísticas; e falta de um quadro institucional

adequado para o desenvolvimento e promoção do turismo, por exemplo, políticas coerentes, planejamento sistemático, medidas legais e estruturas organizacionais eficientes. Esses problemas fundamentais precisam ser efetivamente considerados antes que o programa turístico tenha uma atuação eficiente.

Existe, primeiro, a questão das facilidades e da infra-estrutura necessária para o turismo. É evidente que esforços constantes devem ser feitos, baseados no planejamento sistemático, na eficiente alocação dos recursos e na divulgação. Nesse contexto, certos problemas legais com relação à posse da terra devem ser abordados.

Segundo, deve ser considerada prioritária, a melhoria de acesso para a região, através da coordenação e cooperação entre os setores público, privado e comunitário.

Terceiro, como parte do esforço concentrado para desenvolver o setor, deve-se programar cursos de treinamento em turismo. O esforço sistemático e sustentado para o desenvolvimento de recursos humanos é visto como uma pré-condição não só para a promoção do turismo em escala significativa mas para incentivar a participação das comunidades locais e, principalmente, da classe empresarial. Dependendo da amplitude e extensão do potencial turístico da região, as universidades deverão ser envolvidas no programa.

Quarto, tendo em vista a natureza abrangente do turismo em termos econômicos, sociais e ambientais, é necessário uma abordagem institucional integrada de planejamento e não uma abordagem fragmentada. É preciso instalar uma secretaria do turismo que possa coordenar, organizar, promover e fortalecer o setor. Em nível regional, é necessário estabelecer acordos de cooperação com outras localidades turísticas para que se amplie o leque de opções para o turista.

Finalmente, ao aceitar que o desenvolvimento é um processo que tem a sua lógica e suas leis, é preciso considerar que o retorno dos investimentos feitos no turismo rural segue igualmente as leis do processo. Em outros termos, os resultados não são imediatos e pode haver a interferência de fatores não previstos no processo de desenvolvimento. Para isso, é preciso estabelecer uma política de turismo a longo prazo, através do esforço cooperativo em nível local, regional, estadual e nacional.

Joaquim Anécio Almeida é professor do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Wladimir Blós é graduado em Comunicação Social e mestrando do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.